

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público  
Diretoria de Estágios e Convênios Acadêmicos

## CONVÊNIO Nº 085/ 2020

**CONVÊNIO DE DISPOSIÇÃO DE ESTAGIÁRIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, POR INTERMÉDIO DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS E O MUNICÍPIO DE PARAISÓPOLIS.**

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais, por intermédio da **Procuradoria-Geral de Justiça**, com sede na Av. Álvares Cabral, 1.690, Bairro Santo Agostinho, nesta Capital, inscrita no CNPJ sob o nº 20.971.057/0001-45, neste ato representada pelo Procurador-Geral de Justiça, Doutor **Antônio Sérgio Tonet**, doravante denominada **Procuradoria**, e o **Município de Paraisópolis**, com sede na Praça Centenário, nº 103, centro, Paraisópolis/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 18.025.965/0001-02, neste ato representado pelo Prefeito, Senhor **Sérgio Wagner Bizarria**, doravante denominado **Município**, celebram o presente Convênio, nos termos da Lei Federal nº 8.666/1993, da Lei Federal nº 11.788/2008, da Lei Complementar Estadual nº 34/1994, da Resolução CNMP nº 42/2009 e da Resolução PGJ nº 30/2018, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** - O presente convênio tem por objetivo formalizar as condições de concessão de estágio a 1 (um) estudante regularmente matriculado em ensino de graduação ou pós-graduação, pelo **Município** para estagiar junto à Promotoria de Justiça da Comarca de Paraisópolis.

### **CLÁUSULA SEGUNDA - São Obrigações Conjuntas dos Convenientes:**

- 1) Elaborar e firmar Termo de Compromisso de Estágio, nos termos do parágrafo único do artigo 7º da Lei Federal nº 11.788/2008, obedecidas as cláusulas acordadas no presente convênio.
- 2) Solicitar às instituições de ensino a designação dos professores orientadores que acompanharão o estágio;
- 3) Elaborar o plano de atividades, como parte integrante do Termo de Compromisso de Estágio, sendo assinado pelo **Município**, pelo supervisor indicado pela **Procuradoria**, o orientador indicado pela instituição de ensino e o estagiário ou seu responsável legal, caso o mesmo seja menor de 18 anos.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - São Obrigações da Procuradoria:**

- 1) Realizar o processo seletivo dos candidatos ao estágio, respeitadas as disposições legais e regulamentares vigentes;
- 2) Indicar Promotor de Justiça para supervisionar o estágio, a fim de assegurar que os estagiários obtenham seu aprendizado e de garantir o direcionamento das atividades;
- 3) Encaminhar ao **Município**, mensalmente, a folha eletrônica de frequência de estágio, apurada nos termos da Resolução PGJ nº 30/2018.
- 4) Comunicar ao **Município** quaisquer alterações relevantes na relação de estágio, tais como horário, endereço, lotação e suspensão temporária de atendimento.
- 5) Prestar informações solicitadas pelo **Município**, sempre que necessário;
- 6) Conceder anualmente recesso de 30 dias aos estagiários, nos termos da Resolução PGJ nº 30/2018;
- 7) Encaminhar os relatórios semestrais de atividades de estágio para as instituições de ensino em que os estudantes estiverem matriculados;
- 8) Emitir certificado de conclusão do estágio ou certidão na qual deverá constar a especificação de sua natureza, a carga horária global.

#### **CLÁUSULA QUARTA - São Obrigações do Município:**

- 1) Promover o pagamento de bolsa mensal de estágio e auxílio transporte, nos termos estabelecidos no termo de compromisso de estágio, celebrado assinado entre o **Município**, a **Procuradoria**, a instituição de ensino e o estagiário.
- 2) Contratar, em favor do **Estagiário**, seguro contra acidentes pessoais, nos termos da Lei Federal nº 11.788/2008.
- 3) Avaliar os resultados do presente Convênio e sugerir as alterações julgadas necessárias;
- 4) Conceder anualmente recesso remunerado de 30 (trinta) dias aos **Estagiários** nos termos do artigo 13 da Lei Federal nº 11.788/2008;
- 9) Divulgar a existência do presente Convênio.

**CLÁUSULA QUINTA** - Nos termos do disposto na Lei Federal nº 11.788/2008, o estágio não criará, para qualquer efeito, vínculo empregatício entre a **Procuradoria**, o **Município** e o estagiário.

**CLÁUSULA SEXTA** - O estudante deverá exercer o estágio pelo tempo previsto em seu respectivo Termo de Compromisso, cuja duração não poderá exceder 2 (dois) anos.

§1º A duração do estágio de estudantes graduandos com deficiência poderá exceder 2 (dois) anos, estendendo-se até a data da colação de grau.

§2º Caso o estágio tenha duração superior a 1 (um) ano, fica assegurado ao estagiário período de recesso remunerado de 30 (trinta) dias corridos, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares.

**CLÁUSULA SÉTIMA** - A jornada do estágio será de 4 (quatro) a 6 (seis) horas diárias, a ser cumprida na unidade administrativa indicada pela **Procuradoria**, de

segunda a sexta-feira, em período compatível com o horário escolar, conforme previsto no Termo de Compromisso de Estágio.

**CLÁUSULA OITAVA** - Caberá ao Município o pagamento de bolsa mensal de estágio e de auxílio transporte, cujos valores serão definidos no Termo de Compromisso de Estágio e correrão por conta da dotação orçamentária nº 020603.04. 122.0001.2.822-33.90.36.00.

**CLÁUSULA NONA** - Para a realização do estágio, caberá ao **Município** ônus e a responsabilidade de providenciar a contratação e manutenção de seguro de acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, de caráter obrigatório, em favor do **Estagiário**, devendo constar no Termo de Compromisso o número da Apólice de Seguro e a Razão Social da Seguradora.

**CLÁUSULA DÉCIMA** - O presente Convênio tem vigência de 60 (sessenta) meses a partir de 17/08/2020, podendo ser modificado por meio de termos aditivos e rescindido nos termos da cláusula décima terceira.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** - O presente Convênio poderá ser rescindido a qualquer tempo, mediante aviso por escrito, com antecedência mínima de 30 (tinta) dias, por qualquer uma das partes, por acordo entre elas, por inadimplência de alguma cláusula ou por superveniência de fatos ou motivos que o tornem material ou formalmente inviável.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** - As partes se obrigam a cumprir fielmente os termos do convênio ora firmado, ficando eleito o foro de Belo Horizonte/MG para dirimir quaisquer dúvidas ou questões dele advindas.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** - O presente Convênio será publicado pela Procuradoria no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, de acordo com a Lei Federal 8.666/1993.

Assim ajustadas, as partes celebram o presente Convênio, em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

**Procuradoria:**

Antônio Sérgio Tonet

**Procurador-Geral de Justiça**

**Município:**

Sérgio Wagner Bizarria

**Prefeito Municipal de Paraisópolis**

## Testemunhas:

### 1) Ricardo Naves Silva Melo

MAMP 4911-00 - 067.999.946-99

### 2) Anderson Melo de Souza

MAMP 429700 - 070.802.846-27



Documento assinado eletronicamente por **SÉRGIO WAGNER BIZARRIA, Usuário Externo**, em 04/09/2020, às 08:03, conforme art. 22, da Resolução PGJ n. 27, de 17 de dezembro de 2018.



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO SERGIO TONET, PROCURADOR-GERAL DE JUSTICA**, em 04/09/2020, às 19:03, conforme art. 22, da Resolução PGJ n. 27, de 17 de dezembro de 2018.



Documento assinado eletronicamente por **ANDERSON MELO DE SOUZA, ASSESSOR II**, em 08/09/2020, às 21:06, conforme art. 22, da Resolução PGJ n. 27, de 17 de dezembro de 2018.



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO NAVES SILVA MELO, COORDENADOR II**, em 09/09/2020, às 18:53, conforme art. 22, da Resolução PGJ n. 27, de 17 de dezembro de 2018.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.mpmg.mp.br/sei/processos/verifica>, informando o código verificador **0394339** e o código CRC **9AE6452C**.

Processo SEI: 19.16.2154.0026191/2020-55 /  
Documento SEI: 0394339

Gerado por: PGJMG/CEAF/SFA/DECA

AVENIDA ALVARES CABRAL, 1740 - Bairro SANTO AGOSTINHO - Belo Horizonte/ MG - CEP 30170008

A Promotora de Justiça Ana Cecília Junqueira Alves Gouvêa, da 8ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ribeirão das Neves/MG, torna público o presente edital de notificação, dando ciência a IGOR RODRIGUES SILVA do ARQUIVAMENTO do Inquérito Civil 0231.13.009722-4 haja vista a impossibilidade de notificação pessoal e postal dos interessados. Na oportunidade, o Ministério Público informa que o(s) interessado(s) poderá (ao) apresentar, no prazo de 10 (dez) dias, razões escritas ou documentos contra a decisão proferida. O recurso, acompanhado das razões recursais, deverá ser protocolizado junto ao Conselho Superior do Ministério Público, localizado à Avenida Álvares, Cabral, 1740, 10º andar, Santo Agostinho, Belo Horizonte, até a sessão em que se apreciará a promoção de arquivamento, razões escritas ou documentos que serão juntados aos autos do Inquérito Civil ou às peças informativas.

Ribeirão das Neves, 10 de setembro de 2020

ANA CECÍLIA JUNQUEIRA ALVES GOUVÊA

Promotora de Justiça

## **PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE VARGINHA**

### NOTIFICAÇÃO POR EDITAL

A Doutora ELIANE MARIA DE OLIVEIRA CLARO, Promotora de Justiça da Curadoria de Defesa do Patrimônio Público da Comarca de VARGINHA – MINAS GERAIS, nos termos da Resolução Conjunta PGJ CGMP Nº 03, de 20 de agosto de 2009, Art. 8º § 1º.

FAZ SABER, ante a impossibilidade e/ou dificuldade de notificação pessoal da Sra. Bruna Rocha Batista, a todos quantos virem a presente notificação ou tiverem conhecimento dela, que, em cumprimento à decisão proferida às folhas 163 / 165 verso, foi arquivado o Procedimento Preparatório nº MPMG-0707.19.000924-1, cujo objeto investigado foi: “Supostas irregularidades no âmbito da FHOMUV (Fundação Hospitalar do Município de Varginha – Assédio Moral, Ausência de pagamento de adicional de periculosidade à representante, acumulação indevida de cargos, etc.”.

Conforme § 1º do artigo 7º da Resolução PGJ CGMP Nº 03/2009, do indeferimento, caberá recurso administrativo, com as respectivas razões, no prazo de 10 (dez) dias contados a partir da publicação desta notificação. O recurso, acompanhado das razões recursais deverá ser protocolado nesta 07ª Promotoria de Justiça, situada na Rua Irmão Mario Esdras, 305 – Vila Pinto – CEP: 37.010-660 – Varginha – Minas Gerais, das 13 às 17 horas.

ELIANE MARIA DE OLIVEIRA CLARO

Promotora de Justiça

## **EDITAIS E AVISOS**

## **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA**

Cv. 085 de 04/09/2020 entre o MPMG/PGJ e o Município de Paraisópolis. Objeto: Estágio Curricular Supervisionado. Valor: sem ônus. Vigência: 04/09/2020 a 03/09/2025.

Cv. 091 de 04/09/2020 entre o MPMG/PGJ e a Faculdade Instituto Brasil de Ensino – IBRA. Objeto: Estágio Curricular Supervisionado. Valor: sem ônus. Vigência: 04/09/2020 a 03/09/2025.